ISSN: 2358-8829

INCLUSÃO NO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Adriana Costa da Silva[1]
Osni Oliveira Noberto da Silva[2]

INTRODUÇÃO

Este texto é parte integrante de pesquisa de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV.

A complexidade curricular do ensino médio em tempo integral, aliada à necessidade de uma jornada estendida, exige uma análise criteriosa sobre como a inclusão tem sido efetivamente operacionalizada. Diante disso, justifica-se a realização desta revisão sistemática de literatura, que busca mapear as evidências científicas e as práticas pedagógicas adotadas, visando compreender em que medida a ampliação do tempo escolar tem contribuído para a efetiva participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A complexidade curricular do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), aliada à necessidade de uma jornada escolar ampliada, exige uma análise criteriosa sobre como os princípios da educação inclusiva têm sido efetivamente operacionalizados nas instituições de ensino. A ampliação do tempo escolar tem sido apresentada pelas políticas públicas educacionais como uma estratégia para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando dimensões cognitivas, sociais, culturais e emocionais. Contudo, quando se trata dos estudantes com deficiência, torna-se fundamental questionar se o aumento da permanência na escola está sendo acompanhado pelas condições

[1] Mestranda em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
[2] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEDF) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

pedagógicas, estruturais e humanas necessárias para garantir a aprendizagem e a participação plena desses sujeitos.

A educação inclusiva, respaldada pela legislação brasileira, defende o direito de todos os estudantes à escolarização em ambientes comuns de ensino, com a oferta dos recursos de acessibilidade e dos apoios necessários para atender às suas especificidades. Nesse sentido, o contexto do EMTI apresenta desafios adicionais, uma vez que a ampliação da carga horária demanda adaptações curriculares, formação continuada dos profissionais da educação, acessibilidade física e pedagógica, além da articulação entre diferentes estratégias educacionais que favoreçam a permanência e o sucesso escolar dos estudantes com deficiência.

Diante desse cenário, justifica-se a realização desta revisão sistemática de literatura, que busca mapear as evidências científicas e as práticas pedagógicas adotadas no contexto do Ensino Médio em Tempo Integral, visando compreender em que medida a ampliação do tempo escolar tem contribuído para a efetiva inclusão, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Além disso, pretende-se identificar os principais desafios relatados pela literatura, bem como as estratégias que têm possibilitado avanços na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e equitativa.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, do tipo revisão sistemática. Foi realizado um levantamento de pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizando descritores como “Tempo Integral”, “Educação Inclusiva”, “Ensino Médio em Tempo Integral” e “Bahia”, foram selecionados (5) estudos desenvolvidos entre 2015 e 2025 que abordassem especificamente as práticas, desafios e estratégias relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência no contexto do Ensino Médio em Tempo Integral.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida por meio de uma revisão sistemática da literatura. Essa modalidade de investigação permite reunir, analisar e sintetizar estudos já produzidos sobre determinado tema, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica do estado do conhecimento

acerca da inclusão de estudantes com deficiência no contexto do Ensino Médio em Tempo Integral.

O levantamento bibliográfico foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), importantes repositórios nacionais de produção científica. Para a busca dos estudos foram utilizados os descritores "Tempo Integral", "Educação Inclusiva", "Ensino Médio em Tempo Integral" e "Bahia", combinados entre si por meio de operadores booleanos. Como critérios de inclusão, foram selecionadas pesquisas produzidas entre os anos de 2015 e 2025 que abordassem especificamente as práticas pedagógicas, os desafios institucionais e as estratégias voltadas à inclusão de estudantes com deficiência no contexto do EMTI.

Após a leitura dos títulos, resumos e textos completos, foram selecionados cinco estudos que atenderam aos critérios estabelecidos. Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da técnica de análise temática, permitindo identificar categorias recorrentes relacionadas à acessibilidade, formação docente, adaptação curricular, oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e condições de permanência dos estudantes com deficiência nas escolas de tempo integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas revelam um cenário convergente: embora o tempo integral represente uma oportunidade para a formação global, a sua implementação sem suportes específicos para a educação especial pode aprofundar processos de exclusão dentro do ambiente escolar mesmo havendo avanços significativos na compreensão das políticas de inclusão. Observa-se uma lacuna de atualidade normativa, uma vez que a literatura consolidada ainda não alcançou o novo ciclo regulatório inaugurado pelo Decreto nº 12.686/2025 e pela Resolução CEE nº 230/2025 da Bahia, deixando uma abertura de investigação sobre a operacionalização dessas diretrizes no cotidiano escolar. Soma-se a isso a carência de investigações específicas sobre o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na cidade de Jacobina, o que confere ao objeto de estudo uma relevância local e situada.

As pesquisas analisadas revelam um cenário convergente: embora o Ensino Médio em Tempo Integral represente uma oportunidade significativa para a formação integral

dos estudantes, sua implementação sem suportes específicos para a educação especial pode aprofundar processos de exclusão dentro do ambiente escolar. Os estudos demonstram que a ampliação da carga horária, por si só, não garante uma experiência educacional inclusiva, sendo necessária a adoção de políticas e práticas voltadas para a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais.

Entre os principais desafios identificados destacam-se a insuficiência de recursos de acessibilidade, a carência de profissionais especializados, a fragilidade da formação continuada dos professores para o atendimento às diferenças e a limitada articulação entre o currículo do ensino regular e as ações desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado. Em muitas situações, os estudantes com deficiência permanecem fisicamente inseridos nas escolas, porém enfrentam dificuldades para participar efetivamente das atividades propostas, evidenciando a necessidade de avançar da simples matrícula para uma inclusão baseada na aprendizagem e no protagonismo estudantil.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à necessidade de reestruturação curricular. Os estudos apontam que a educação em tempo integral deve considerar a diversidade dos sujeitos escolares, promovendo práticas pedagógicas flexíveis, metodologias ativas, recursos assistivos e estratégias de ensino que respeitem os diferentes ritmos e formas de aprendizagem. Quando adequadamente planejado, o tempo ampliado pode favorecer a personalização do ensino, o fortalecimento dos vínculos sociais e o desenvolvimento de competências acadêmicas e socioemocionais.

Observa-se ainda uma lacuna de atualidade normativa, uma vez que grande parte da produção científica disponível não contempla as recentes mudanças no campo educacional, especialmente aquelas relacionadas ao novo ciclo regulatório inaugurado pelo Decreto nº 12.686/2025 e pela Resolução CEE nº 230/2025 da Bahia. Tal situação evidencia a necessidade de novas investigações capazes de analisar os impactos dessas normativas na organização das escolas de tempo integral e nas práticas inclusivas desenvolvidas pelos sistemas de ensino.

Além disso, verifica-se uma escassez de pesquisas direcionadas ao contexto do município de Jacobina, na Bahia. A ausência de estudos localizados dificulta a compreensão das especificidades regionais, das condições estruturais das unidades escolares e das experiências vivenciadas por estudantes, professores e gestores. Dessa forma, a presente temática assume significativa relevância social, educacional e

científica, ao contribuir para a produção de conhecimento situado e para o fortalecimento das políticas de inclusão escolar no âmbito local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permitiu constatar que a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Médio em Tempo Integral continua sendo um desafio para os sistemas educacionais brasileiros. Embora as políticas públicas tenham avançado na defesa do direito à educação inclusiva, persistem obstáculos relacionados à infraestrutura, à formação docente, à acessibilidade e à implementação de práticas pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

Os resultados evidenciam que o tempo integral possui potencial para favorecer a inclusão e a aprendizagem, desde que esteja associado à oferta de recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos capazes de assegurar a participação efetiva de todos os estudantes. A ampliação da jornada escolar deve ser acompanhada por ações planejadas que promovam a equidade e valorizem a diversidade presente no espaço escolar.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da educação inclusiva no Ensino Médio em Tempo Integral exige o fortalecimento das políticas públicas, investimentos em formação continuada, ampliação das condições de acessibilidade e desenvolvimento de estratégias pedagógicas centradas no respeito às diferenças. Ademais, destaca-se a necessidade de novas pesquisas que investiguem os impactos das normativas recentes e que aprofundem o conhecimento sobre a realidade das escolas de Jacobina, contribuindo para o aprimoramento das práticas educacionais e para a construção de uma escola cada vez mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.